TRIBUNAL DE CONTAS MINAS GERAIS fl. ___

PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA MUNICIPAL N. 849799

Entidade: Instituto de Previdência Municipal de Pouso Alegre

Responsável: Francisco Ernesto Barboza Filho, dirigente à época

Exercício: 2010

MPTC: Maria Cecília Borges

RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO HAMILTON COELHO

E M E N T A

PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA MUNICIPAL. ENTIDADE. REGULARIDADE. ARQUIVAMENTO.

Julgadas regulares as contas, nos termos do inciso I do art. 48 da Lei Complementar n. 102/08, diante da constatação de que as falhas subsistentes ostentam caráter eminentemente formal.

Primeira Câmara

21ª Sessão Ordinária – 04/08/2015

CONSELHEIRO SUBSTITUTO HAMILTON COELHO:

I – RELATÓRIO

Tratam os autos da prestação de contas de responsabilidade do Sr. Francisco Ernesto Barboza Filho, Dirigente do Instituto de Previdência Municipal de Pouso Alegre, relativa ao exercício de 2010.

O órgão técnico, em exame inicial, fls. 80/88, apontou irregularidades que ensejaram a abertura de vista ao Dirigente e a intimação da Sr.ª Sônia Márcia Guimarães, responsável pelo controle interno, fl. 91.

O responsável apresentou suas razões de defesa, documentos e mídia eletrônica, fls. 99/249.

A Sr.ª Sônia Márcia Guimarães ofereceu documentos comprovando que os responsáveis pelo controle interno, no período, foram os Srs. Renaldo Victor de Castro, até 13/8/10, e Cristiano Lemos, a partir dessa data, fls. 250/252.

O Sr. Cristiano Lemos encaminhou relatório de controle interno, fls. 253/294.

A unidade técnica realizou nova análise, fls. 296/307.

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, fls. 309/312 (frente e verso) e 313, pronunciou-se pelo julgamento das contas como irregulares, aplicação de multa a cada gestor, conforme responsabilidade apurada, e realização de inspeção.

É o relatório.

TRIBUNAL DE CONTAS fl. ___ MINAS GERAIS

II – FUNDAMENTAÇÃO

1. Considerações iniciais

Esta prestação de contas foi examinada conforme o disposto na Instrução Normativa n.º 09/08, deste Tribunal, a partir das informações encaminhadas pela entidade.

2. Apontamentos do órgão técnico

2.1. Movimentação de disponibilidades financeiras em bancos não-oficiais, fl. 83.

Constou do exame técnico inicial que, no exercício, as disponibilidades financeiras não foram depositadas exclusivamente em bancos oficiais, em desacordo com as disposições dos arts. 164 da Constituição da República e 43 da Lei Complementar n.º 101/00. Foram solicitadas informações quanto ao processo de seleção e credenciamento das instituições financeiras, conforme orientação deste Tribunal exarada nas Consultas n. 706.966 e 715.524, apreciadas na Sessão do Pleno de 22/3/06 e 17/6/09, respectivamente.

O gestor, fl. 99, argumentou que toda instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil – BACEN é considerada oficial. Afirmou que a exigência do Ministério da Previdência Social – MPS é que esses bancos atendam às resoluções do BACEN. Com o objetivo de confirmar suas alegações, encaminhou cópias da Portaria MPS n.º 402/08 e da Resolução n.º 3.922/10, vigentes à época.

O órgão técnico ressaltou que esta Casa de Contas, em processo de Consulta (n.º 706.966, Sessão de 22/3/06), estabeleceu que os recursos que compõem o regime próprio de previdência dos servidores públicos devem ser depositados em conta específica e em bancos oficiais ou privados, desde que selecionados por meio de processo de credenciamento. Assim, como não ficou demonstrado que a instituição financeira foi escolhida mediante processo desse tipo, ratificou o apontamento inicial, fl. 301.

Inicialmente, destaco que as movimentações financeiras dos recursos que compõem os regimes próprios de previdência social devem ser realizadas em consonância com as disposições do Conselho Monetário Nacional – CMN, notadamente com as Resoluções n.^{os} 3.790/09 e 3.922/10 e com as regras traçadas pelo Ministério da Previdência Social – MPS, nas quais se definiu que, observadas as condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência, as movimentações financeiras podem ocorrer tanto em instituições oficiais quanto em privadas. Destaco que, de acordo com o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (§ 1º do art. 43), as disponibilidades financeiras dos regimes de previdência social geral ou próprios dos servidores públicos, ainda que vinculadas a fundos específicos, devem ser depositadas em contas separadas das demais disponibilidades da entidade e "aplicadas nas condições de mercado, com observância dos limites e condições de proteção e prudência financeira".

Ressalto ainda que este Tribunal (Processo n.º 848.820) decidiu que, como a instrução normativa que norteia a prestação de contas dos RPPS não exige o envio a esta Corte de Contas dos dados necessários à verificação do cumprimento das disposições definidas pelo MPS e pelo CMN, não se pode verificar se as normas aplicadas ao setor foram cumpridas.

Por todo o exposto, constato que não há, nos autos, indícios de dano ao erário e, assim, considero regular a movimentação financeira em instituição particular. Não obstante, recomendo ao atual gestor que a contratação de instituição financeira depositária dos recursos do Instituto seja precedida de credenciamento, conforme o disposto no inciso I do art. 22 da Resolução CMN n.º 3.506/07.

2.2. Divergência no valor do recolhimento das contribuições previdenciárias, fls. 84/86.

2.2.1. Discrepância entre o valor constante no demonstrativo e o registrado no Comparativo da Receita, fls. 84/85.

A unidade técnica constatou divergência, de R$4.435,71, entre a informação do Regime Próprio de Previdência Própria – RPPS, constante do Anexo VIII (Demonstrativo Anual de Contribuições Previdenciárias Recebidas), fls. 31/33, no valor de R$9.360.713,68, e o registrado no Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada, fls. 37/38, no montante de R$9.356.277,97.

TRIBUNAL DE CONTAS fl. ___ MINAS GERAIS

O defendente esclareceu que as receitas oriundas da Prefeitura (R$9.070.341,64), da Câmara (R$199.531,21) e do PROMENOR (R$86.405,12), somaram R$9.356.277,97 e foram contabilizadas na conta "4.7.2.0.29.01". Já os encargos sobre as remunerações dos servidores cedidos e licenciados, por não serem considerados receita intraorçamentária, foram registrados na conta "4.1.2.1.0.29.01", parte patronal, de R$4.435,71, e déficit técnico, de R$2.659,55, totalizando R$7.095,26. Ressaltou ainda que, no Anexo XI (Demonstrativo das Contribuições Patronais e Repasses Recebidos pelo RPPS), foram discriminadas as contribuições patronais recebidas no decorrer do exercício de 2010, fl. 100.

O órgão técnico verificou, no Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada, fl. 287, o registro (rubrica 4.12.10.29.01) do valor recebido (R$7.095,26) a título de "Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil" e considerou solucionado o apontamento inicial, fl. 304.

Assim, acolho a análise técnica e considero que a divergência apontada foi devidamente esclarecida.

2.2.2. Divergência entre os valores das contribuições recebidas pelo RPPS e o recolhimento efetuado pelo Poder Executivo, fls. 84/85.

O órgão técnico constatou divergências entre as informações apresentadas pelo Executivo e as constantes da prestação de contas do RPPS, relativas à contribuição patronal. O Executivo Municipal registrou, no Anexo XVIII (Demonstrativo Anual de Contribuição à Previdência Própria da Parte Patronal e dos Segurados), o valor do recolhimento referente à Prefeitura, em R$8.361.329,06 (parte patronal) e em R$5.126.965,49 (contribuição dos segurados), fls. 34/36. O RPPS lançou o montante de R$8.356.893,35 (parte patronal) e de R$5.026.095,78 (contribuição dos servidores), conforme Anexo VIII (Demonstrativo Anual das Contribuições Previdenciárias Recentes), fls.31/33.

O responsável afirmou que corrigiu os Anexos VIII e V (Demonstrativo Anual de Contribuição à Prev. Própria da parte patronal e dos segurados), fl. 100.

O órgão técnico examinou os novos anexos apresentados pelo Instituto e verificou que foram corrigidas as divergências inicialmente detectadas, fl. 304.

Acolho o exame técnico e considero os apontamentos devidamente esclarecidos.

2.2.3. Divergências nos valores referentes à renegociação da dívida, fl. 86.

O órgão técnico constatou discrepância entre o valor de R$832.598,67, registrado pelo RPPS como recebimento decorrente de renegociação de dívida (Comparativo da Receita, fls. 37/38), e o resgate de R$640.893,17, lançado na Dívida Fundada Interna do Município de Pouso Alegre. Apontou ainda que não foram registrados, no Balanço Patrimonial, fls. 13/14, os lançamentos de créditos a receber.

O defendente esclareceu que, diferentemente do Poder Executivo, no IPREM registra-se, conjuntamente, tanto o valor das parcelas principais da renegociação da dívida (R$640.893,17) quanto os juros sobre esses parcelamentos (R$191.705,50), totalizando R$832.598,67. Informou que o saldo dos parcelamentos da dívida, em 31/12/00, era de R$2.146.771,80 e R$33.061,57, somando R$2.179.833,37, decorrentes das Leis n.^{os} 3.860/00 e 4.423/05, respectivamente. Afirmou que tais valores foram registrados no Balanço Patrimonial, fls.13/14, ativo e passivo compensado, visto que o registro no ativo (financeiro) somente é efetuado após a efetiva entrada dos recursos no IPREM, conforme determinação do Ministério da Previdência Social, fl. 100.

A unidade técnica ressaltou que, no registro da receita, devem ser observados as orientações e os enquadramentos previstos no "Manual de Procedimentos de Receitas Públicas". Dessa forma, na contabilização das receitas, devem ser discriminados, em contas contábeis específicas, os recebimentos referentes à multa, juros e outros encargos. Ratificou, assim, o apontamento, por entender que, a despeito das justificativas apresentadas, o "Demonstrativo da Dívida Ativa" e o "Demonstrativo de Contribuições Previdenciárias Recebidas decorrentes de Renegociação da Dívida" não foram devidamente preenchidos, fl. 304.

Acolho o exame técnico quanto à contabilização da receita. No entanto, diante da natureza eminentemente formal da impropriedade, deixo de considerá-la causa de irregularidade das contas e recomendo ao atual gestor a estrita observância das normas contábeis aplicadas ao setor.

TRIBUNAL DE CONTAS fl. ___ MINAS GERAIS

2.3. Falhas no relatório do órgão de controle interno, fls. 86/87.

O órgão técnico verificou que o Relatório de Controle Interno apresentado, fls. 53/78, estava em desconformidade com a Instrução Normativa n.º 09/08, deste Tribunal, uma vez que não foram abordados os elementos previstos nos incisos I (atualização dos dados cadastrais dos segurados), IV (procedimentos adotados para possibilitar a cobrança, também dos exercícios anteriores, de contribuições não recebidas dos segurados e patronais), V (dados da última avaliação atuarial), VI (informação quanto ao atendimento dos arts. 8º, 10 e 11 da Portaria MPAS 4.992/99), VIII (informação do valor do déficit do instituto, explicitando a forma de amortização) e X (comprovação da observância ao disposto na Resolução 3.244/04 do BACEN, sobre as aplicações de recursos do RPPS), do § 3º, art. 10, da instrução em referência.

O gestor encaminhou novo relatório de controle interno e informou que procedeu às adequações solicitadas, porém, observou que, com a revogação da Portaria MPS 499/99 pela Portaria MPS 402/08, houve alteração do inciso VI, fl. 99.

A unidade técnica analisou a documentação e teceu as seguintes considerações: quanto aos incisos V e VI, considerou-os esclarecidos; quanto ao inciso VIII, considerou incompleta a informação, fl. 139, pois, ao percentual de 12,67%, deveria ser acrescido o de 18,53%, referente ao financiamento de déficit, conforme o disposto na Lei n.º 4.994/10, fl. 144. Em relação aos procedimentos adotados para a cobrança de contribuições não recebidas (inciso IV), apesar de constar, no relatório, que se trata de responsabilidade do Conselho Fiscal, observou que os saldos do exercício anterior da Dívida Fundada do Executivo relativa ao IPREM, fl. 43, não conferem com os apurados no exercício de 2009. Apontou ainda ausência de informação referente à atualização de dados cadastrais (inciso I). Assim, considerou parcialmente sanadas as impropriedades constantes do relatório técnico e manteve os apontamentos quanto às exigências previstas nos incisos I e IV do § 3º, art. 10 da INTC n.º 09/08, fl. 305.

Considero esclarecido o apontamento inicial, uma vez que as falhas residuais não comprometem substancialmente a confiabilidade do relatório, mas recomendo ao atual gestor diligenciar pelo estrito cumprimento da legislação, pois a tarefa de controle pertence, primordialmente, ao próprio administrador, cabendo ao controlador lhe informar, bem como ao Tribunal de Contas, irregularidades de que tenha conhecimento, sob pena de responsabilidade solidária.

3. Considerações finais

Em consulta ao Sistema de Gestão e Administração de Processos – SGAP, averiguei não ter havido, na entidade, inspeção referente ao período examinado.

Finalmente, é de se registrar que a apreciação das contas anuais oferecidas compreende a gestão como um todo, e não o exame de cada ato praticado pelo administrador no período. Desse modo, o julgamento neste feito não impede a análise de impropriedades identificadas em inspeção ou denunciadas, tendo em vista os princípios da verdade material e da prevalência e indisponibilidade do interesse público, como também a indeclinável competência desta Corte de Contas na busca da máxima efetividade das normas constitucionais aplicáveis à Administração Pública.

III – CONCLUSÃO

Diante da constatação de que as falhas subsistentes ostentam caráter eminentemente formal, manifesto-me, nos termos do inciso I do art. 48 da Lei Complementar n.º 102/08, pela regularidade das contas anuais prestadas pelo Dirigente do Instituto de Previdência Municipal de Pouso Alegre, Sr. Francisco Ernesto Barboza Filho, relativas ao exercício de 2010.

No mais, caberá ao Presidente da entidade manter organizada, nos termos da legislação de regência, a documentação pertinente para fins de exercício do controle externo em inspeção e ou auditoria, e aos responsáveis pelo controle interno comunicar a este Tribunal toda e qualquer falha detectada, sob pena de responsabilidade solidária.

Observados os procedimentos insertos no art. 176, I, regimental, as anotações e cautelas de praxe, recolha-se o processo ao arquivo.

TRIBUNAL DE CONTAS
fl. ___
MINAS GERAIS

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os Exmos. Srs. Conselheiros da Primeira Câmara, por unanimidade, na conformidade da Ata de Julgamento, diante das razões expendidas na proposta de voto do Relator, em julgar regulares as contas anuais prestadas pelo dirigente do Instituto de Previdência Municipal de Pouso Alegre, Sr. Francisco Ernesto Barboza Filho, relativas ao exercício de 2010, nos termos do inciso I do art. 48 da Lei Complementar n. 102/08, diante da constatação de que as falhas subsistentes ostentam caráter eminentemente formal. No mais, caberá ao Presidente da entidade manter organizada, nos termos da legislação de regência, a documentação pertinente para fins de exercício do controle externo em inspeção e ou auditoria, e, aos responsáveis pelo controle interno, comunicar a este Tribunal toda e qualquer falha detectada, sob pena de responsabilidade solidária. Observados os procedimentos insertos no art. 176, I, regimental, as anotações e cautelas de praxe, recolha-se o processo ao arquivo.

Votaram o Conselheiro em Substituição Licurgo Mourão, o Conselheiro Mauri Torres e a Conselheira Presidente Adriene Andrade.

Presente à Sessão a Procuradora Maria Cecília Borges.

Plenário Governador Milton Campos, 04 de agosto de 2015.

ADRIENE ANDRADE
Presidente

HAMILTON COELHO
Relator

(*assinado eletronicamente*)

Dca MR

CERTIDÃO

Certifico que o Diário Oficial de Contas de ___/___/_____ publicou a Ementa do Parecer Prévio supra para ciência das partes.

Tribunal de Contas, ___/___/_____.

_____

Coordenadoria de Taquigrafia e Acórdão

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n.1218842